

ERRATA

No Contrato DIPRE/07.2017, Processo Administrativo nº 36871/16-92, na página 01 de 10, onde se lê:

“CONTRATO DIPRE/07.2016”

Leia-se:


“CONTRATO DIPRE/07.2017”

E na página 10 de 10, onde se lê:

“Santos, 16 de janeiro de 2016”

Leia-se:

“Santos, 16 de janeiro de 2017”



Ademir Bento Junior
GERENTE-GECOL
Em Substituição

CONTRATO DIPRE/ 07.2016

CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP E A EMPRESA YUKON EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO LTDA-ME, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) CANHÕES MONITORES FIXOS PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DO TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS DA ILHA BARNABÉ, TUDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, Portão 23, bairro do Macuco, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botêlho de Oliva e Diretor de Operações Logísticas, Sr. Celino Ferreira da Fonseca; e, de outro lado, a empresa YUKON EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO LTDA-ME inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.305.621/0001-71, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", com sede na cidade de Rio de Janeiro/RJ, na rua Crundiúba, n.º 122, bairro Jardim Carioca, CEP: 21931-500, representada, neste ato, por seu Sócio, Sr. Luiz Carlos Alves Gomes, fica justa e acordada, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer, para a CODESP, através de contrato de fornecimento, 06 (seis) canhões monitores fixos para utilização no sistema de combate a incêndio do Terminal de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé, tudo em

conformidade com o edital, termo de referência e "Proposta Comercial", da Contratada, datada de 21/11/2016, a qual, para todos os efeitos, fica fazendo parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, naquilo que não conflitar com as presentes disposições, com as do Edital e apensos do **Pregão Eletrônico nº 80/ 2016**, com as da Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações.

Parágrafo Único

Consideram-se integrantes do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais neste ato as partes declaram conhecer e aceitar:

- Edital do **Pregão Eletrônico nº 80/2016** e seus Apenso e
- Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 21/11/2016.

SEGUNDA - PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do objeto deste Contrato é de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação da CODESP.

Parágrafo Único

Todas as entregas deverão estar com conformidade com o Descritivo Técnico do respectivo item do Termo de Referência, devendo ser entregues no Almoxarifado Central da CODESP, no endereço: Rua Conselheiro João Alfredo – PORTÃO/GATE 25, das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:30, de segunda à sexta.

TERCEIRA - VALOR

O valor global para o presente Contrato é de **R\$ 27.198,00** (vinte e sete mil e cento e noventa e oito reais), no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como aqueles previstos na Lei nº 8.666/93, no Edital e no "Termo de Referência", Apenso II do Edital, do Pregão supracitado, preço esse resultante do

somatório dos valores consignados na “Planilha de Preços” da CONTRATADA, a qual, rubricada pelas partes, passa a integrar o presente instrumento contratual.

QUARTA - PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de fornecimento dos materiais e apresentação da fatura correspondente, condicionado a conferência e aceitação pela fiscalização da CODESP.

Parágrafo Primeiro

A CODESP deverá reter, quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

Para os fins do art. 40, inciso XIV, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, o desembolso máximo estimado corresponderá àquele constante da “Proposta Comercial” da CONTRATADA e de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro da CODESP.

Parágrafo Terceiro

O fornecimento dos materiais, objeto deste Contrato, está sujeito à retenção de impostos conforme legislação vigente, no mês de seu fornecimento.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA ficará obrigada a apresentar, quando for o caso, a fatura mensal devidamente acompanhada do demonstrativo das respectivas despesas, bem como, apresentar original ou cópias autenticadas das últimas guias de recolhimento do INSS, do FGTS e do ISS (quando for o caso) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para liberação das faturas/notas fiscais mencionadas no “caput” desta cláusula, sem as quais a(s) fatura(s) poderão ser devolvidas.

Parágrafo Quinto

Poderá incidir atualização financeira sobre o valor da fatura/nota fiscal, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, pela variação "pro rata die" do IPCA, nos termos da legislação vigente.

QUINTA - FISCALIZAÇÃO

Para acompanhar o cumprimento e o fiel atendimento às presentes disposições contratuais, objetivando a boa execução e qualidade dos serviços, a CODESP designará, a partir do início dos serviços, funcionário, doravante denominado simplesmente Fiscal, a ser nomeado através de documento específico de designação, que terá amplos poderes para inspecionar e acompanhar os serviços, sem prévio aviso, cuja atuação ou falta desta, não excluirá e nem mesmo reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, devendo a mesma comunicar imediatamente, a este representante, qualquer paralisação ocorrida nos serviços.

Parágrafo Primeiro

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas devidas ocasiões, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

Parágrafo Segundo

A Fiscalização poderá sustar ou mandar refazer quaisquer serviços/materiais que não atendam às especificações e demais requisitos previstos neste Contrato, sendo que, qualquer falha de execução dos serviços e/ou de entrega de materiais importará na notificação da CONTRATADA, para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Das decisões da Fiscalização caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Gestor deste Contrato, desde que apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação.

SEXTA - RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre os serviços objeto deste instrumento contratual, não significa que fique retirada nem mesmo reduzida a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a CONTRATADA a corrigir o que tenha feito em desacordo com o estabelecido neste Contrato, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que venha a causar, à CODESP e/ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA deverá executar todo o fornecimento previsto obedecendo, além das técnicas e práticas mais recomendáveis aplicáveis ao caso, o descrito no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo

Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA — intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 —, atender a todos os encargos decorrentes da legislação fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista.

Parágrafo Terceiro

Obriga-se a CONTRATADA a observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico acima citado.

SÉTIMA - PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento) do valor global da contratação, por dia de atraso na entrega dos materiais nas dependências da CODESP, e/ou, na conclusão dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela CODESP;
- b) Multa de até 2% (dois por cento) do valor global do Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CODESP, por prazo de até 02 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato, além de citação no SICAF/COMPTRASNET;
- d) As penalidades previstas nas alíneas a, b e c, poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência;
- e) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
- f) Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso será efetuada sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Prestar os esclarecimentos para o fornecimento dos materiais, os quais devem ser feitos com a antecedência necessária;
- b) Notificar, por escrito e com antecedência, qualquer débito porventura existentes (multa, danos causados e outros);
- c) Notificar, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual. A ausência de comunicação por parte da CODESP, referente às irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato e seus anexos;
- d) Emitir e fornecer autorização/identificação para a entrada de seus empregados designados para o fornecimento dos materiais, objeto do Contrato.

NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações exigidas no Termo de Referência, Apenso II, a CONTRATADA deve também:

- a) Fornecer todos os materiais e/ou executar todos os serviços previstos obedecendo rigorosamente, além das técnicas e práticas mais recomendáveis para cada caso, as normas aplicáveis;
- b) Obedecer às prescrições legais que couberem e atender aos regulamentos que a CODESP mantém na Zona Portuária;
- c) Manter seus funcionários uniformizados e calçados adequadamente, portando cartão de identidade (crachá);
- d) Observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

DÉCIMA - RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

- a) Se o fornecimento a que este se refere for transferido a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CODESP;
- b) Se a CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- c) Se a CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, de conformidade com o determinado na Cláusula de Penalidades deste Contrato;
- d) Se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização;
- e) Se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas do presente Contrato e do Edital e seus Apensos.
- f) Se a CONTRATADA não renovar a caução de garantia contratual.

Parágrafo Primeiro

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Segundo

Não havendo culpa da CONTRATADA e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual, serão pagos os fornecimentos porventura executados e aceitos com o que a CONTRATADA, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

Parágrafo Terceiro

No caso deste Contrato vir a ser rescindido por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas, poderá ser promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento dos danos provocados à CODESP e/ou a terceiros.

DÉCIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 3 (três) meses, a partir da data de sua assinatura pelas partes.

DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem, suas alterações.

DÉCIMA TERCEIRA - FORO

O Foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DÉCIMA QUARTA - GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Superintendência de Operação Portuária – SUPOP, através de sua Gerência de Cais Público e Medição- GECAP da CODESP.

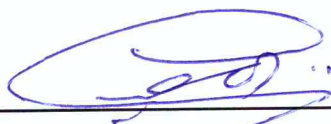


DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários à presente contratação estão previstos no Programa de Dispêndios Globais – PDG da CODESP.

E por estarem de acordo, CODESP e CONTRATADA assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 16 de janeiro de 2016.



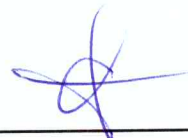
Luiz Carlos Alves Gomes
Sócio

YUKON EQUIPAMENTOS CONTRA
INCÊNDIO LTDA-ME



José Alex Botelho de Oliva
Diretor-Presidente

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



Celino Ferreira da Fonseca
Diretor de Operações Logísticas


COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP

TESTEMUNHAS:

1

Nome:

RG:



Marcos Castro Alves
RG 25.745.640-5

2

Nome:

RG:



Mario Lucio Pereira da Silva
Técnico de Serviços Portuários
RG 14 749 622-6